

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calexa1970@gmail.com

Plano C

Ciro Gomes no PSDB é um novo nome para a direita e centro em 2026. Na Câmara dos Deputados, há uma leitura de que ex-ministro, no partido de Aécio Neves, terá mais chances de fechar alianças. Não haveria impedimento, inclusive, para dificultar a candidatura à presidência. Há quem diga ainda que, na possibilidade do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), não disputar o pleito, **Ciro** pode ser um adversário para concorrer com o presidente **Lula**.

E Boulos?

Depois de meses na costura por uma pasta, o deputado **Guilherme Boulos** foi escolhido ministro. Mas a decisão resultou de uma negociação direta entre o parlamentar do PSol e o governo. Fontes ligadas ao partido contaram à coluna que a presidente da legenda, **Paula Coradi**, tinha dado o ok, mas não houve deliberação partidária para a ocupação do cargo. O problema, com Boulos no Planalto, é a perspectiva de perder 1,2 milhão de votos em São Paulo, golpe muito forte para o partido em 2026.

Tem mais

Preocupa, nos bastidores do PSol, uma possível filiação de Boulos ao PT na janela de transferência no ano que vem. Isso acenderia um alerta no partido em relação à cláusula de barreira. Para reverter esse quadro, integrantes da legenda veem potencial em nomes como **Jones Manoel**, em Pernambuco, e **Fábio Felix**, no Distrito Federal, para a próxima bancada no Congresso.

Petróleo do bem

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) comemorou a autorização do Ibama para testes na Foz do Amazonas. A entidade acredita que a decisão trará desenvolvimento pro país. “A Petrobras cumpriu o seu papel, fazendo análise pré-operacional, testes simulados exigidos. A FUP comemora essa notícia, que é um avanço para o país ter soberania energética garantida”, disse o coordenador-geral da FUP, **Deyvid Bacelar**.

TRAMA GOLPISTA

STF condena “núcleo da desinformação”

Primeira Turma sentencia grupo, formado, principalmente, por militares, a penas que chegam a 17 anos de prisão

» ISRAEL MEDEIROS
» ALÍCIA BERNARDES

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, ontem, os sete integrantes do chamado “Núcleo da Desinformação” da trama golpista. Quatro ministros votaram pela punição dos réus: **Alexandre de Moraes** (relator), **Cristiano Zanin**, **Cármem Lúcia** e o presidente da Primeira Turma, **Flávio Dino**. Apenas o ministro **Luiz Fux** votou contra. Assim como fez no julgamento do ex-presidente **Jair Bolsonaro** (PL), o magistrado alegou incompetência da Corte para analisar o caso e disse não haver provas para condenar os réus pelos crimes imputados.

O Núcleo 4 inclui militares: **Ailton Barros**, major da reserva; **Ângelo Denicoli**, major da reserva; **Giancarlo Gomes Rodrigues**, subtenente; **Guilherme Marques de Almeida**, tenente-coronel; e **Reginaldo Vieira de Abreu**, coronel. Compõem o grupo, ainda, o presidente do Instituto Voto Legal (IVL), **Carlos Cesar Moretzsohn Rocha**; e o policial federal **Marcelo Araújo Bormevet**. Dos sete, apenas **Carlos Moretzsohn Rocha** foi absolvido em algum dos crimes atribuídos pelos ministros: das cinco acusações, cumprirá pena por apenas duas, com pena de sete anos e seis meses. Os demais réus cumprirão de 13 a 17 anos de prisão.

Moraes disse em seu voto que o núcleo em julgamento fazia parte de uma “organização criminosa armada e hierarquizada”, liderada pelo ex-presidente **Jair Bolsonaro**, com o objetivo de permanecer no poder mesmo após a derrota eleitoral de 2022. “É uma falácia criminosa e antidemocrática dizer que atacar a Justiça Eleitoral e o Estado

Gustavo Moreno/STF



Placar na Turma foi 4 x 1: só Fux votou pela absolvição dos sete réus

de Direito é liberdade de expressão. Isso é crime tipificado no Código Penal”, declarou.

“Covardes e criminosos”

Segundo **Moraes**, os réus participaram de cinco dos 13 atos executórios da trama antidemocrática, incluindo a elaboração da minuta de golpe apresentada a comandantes militares, a produção de conteúdos falsos e o uso de estruturas da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para deslegitimar o processo eleitoral. “Milicianos digitais covardes e criminosos”, afirmou o magistrado, ao descrever a atuação do grupo nas redes.

Os ministros que votaram com o relator rebateram argumentos das defesas de que os acusados não integraram uma organização criminosa e salientaram a importância da desinformação no contexto de tentativa de golpe. A ministra

Cármem Lúcia frisou que ficou comprovada a existência da organização criminosa e o impacto do Núcleo da Desinformação na investida contra a democracia.

Fux, no entanto, teve um entendimento diferente. Além de votar pela nulidade do julgamento e pela absolvição dos réus, argumentou que não havia provas suficientes para dizer que o grupo fazia parte de uma organização criminosa. Também defendeu que as mensagens interceptadas — em várias delas, os réus planejavam atos de pressão contra autoridades e integrantes das Forças Armadas para concretizar o plano de golpe — eram meras manifestações de pensamento.

“Eu reitero, com todas as venias, que o mero compartilhamento de impressões pessoais, mesmo que equivocadas, em caráter privado, não tem o condão de configurar crimes, muito menos os de tentativa de golpe de Estado ou de abolição violenta do Estado Democrático de Direito”, afirmou.

“In Fux we trust” e os erros da Justiça

Uma expressão que se tornou famosa em 2016, durante a Operação Lava-Jato, voltou a circular nas últimas semanas, porém em sinal invertido. Se, há nove anos, a frase “In Fux we trust” traduzia as esperanças de **Deltan Dallagnol** e **Sergio Moro** no perfil punitivista do ministro **Luiz Fux** no escândalo do Petrolão, recentemente foi resgatada por bolsonaristas eufóricos com os votos do integrante da 1ª Turma do STF pela absolvição dos réus na trama golpista.

Como bem assinalou o ministro ontem, cabe à consciência de cada juiz concluir se está sendo justo. O problema são os erros que ficam pelo caminho. Se o ministro reconhece que cometeu “injustiças” no julgamento dos envolvidos no 8 de Janeiro, é legítimo perguntar em que momento elas ocorreram e qual seria a reparação para as penas impostas aos réus. Bolsonaristas afirmam todos os dias que o ex-presidente está sendo vítima de perseguição política, e não de um julgamento justo.

Do mesmo modo, está gravada na memória dos apoiadores de **Lula** que ele ficou 580 dias preso por um processo que perdeu a validade. Fora da esfera política, o país ficou pasmo ao ver um homem ganhar a liberdade após o STJ entender que não havia razão para ele continuar preso, após 15 anos no cárcere em razão do crime da 113 Sul.

Todos são passíveis de erro. E, no caso do Supremo, é frequente o debate sobre as circunstâncias políticas no voto dos ministros. O drama de consciência de **Fux** remete a uma das mais famosas frases na história dos julgamentos, proferida por **Pílatos**: “Quid est veritas” (O que é a verdade?).



Caminhos opostos

A Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal (STF) vivem situações antagônicas nesta semana. Enquanto os parlamentares se debruçaram sobre pautas de apelo popular, como o projeto que proíbe cobrança por bagagem de mão, a Corte, por outro lado, iniciou um julgamento que pode gerar impacto nos preços de combustíveis e serviços dependentes desse insumo, como o transporte aéreo, a partir de 2026.

Caminhos de Motta

Para deputados de centro, o presidente da Câmara dos Deputados, **Hugo Motta** (Republicanos-PB), perdeu força política. Eles acreditam que o chefe da Casa irá apostar em pautas populares a fim de retomar apoio interno. Se quiser seguir adiante com a reforma administrativa, elencada como sua prioridade, **Motta** precisará ter maioria na casa, como seus antecessores tiveram para aprovar as reformas tributária, trabalhista e previdenciária.

Nas alturas

O processo analisado pelos ministros do STF trata do direito de manutenção dos créditos de ICMS em operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo, o chamado “princípio do destino”. Esse dispositivo foi criado para evitar uma guerra fiscal entre estados produtores e consumidores. Segundo nota técnica feita pela MB Consultoria, a pedido da distribuidora de combustíveis **Raizen** (parte no processo), dependendo da decisão do Supremo, o preço do querosene de aviação — que, atualmente, é um dos mais caros do mundo — pode aumentar em média 22%, chegando a 33% no estado de maior ICMS.

Colaboraram **Israel Medeiros** e **Luana Patriolino**



Dr. Carlos Correia
Coordenador do OperaDF

Para ampliar o atendimento das cirurgias em todo o DF, este GDF contratou 3 empresas de anestesistas que estão trabalhando dia e noite na rede pública. E contratou, também, 7 hospitais particulares para fazer mais de 15 mil cirurgias.

OperaDF. Menos tempo de espera para as cirurgias eletivas.

Em caso de dúvidas, ligue 162 ou [acesse](#) para saber mais.

